

JUSTIÇA & CIDADANIA



MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

**UM ANO DA LEI DE MEDIAÇÃO
"DEMOCRATIZAÇÃO DO
ACESSO À JUSTIÇA"**

EDITORIAL: Exemplos que marcam

O fim de uma testemunha viva da história do Brasil

Nelson Tomaz Braga

Membro do Conselho Editorial
Desembargador aposentado do TRT da 1ª Região



Após 189 anos, o mais antigo jornal em circulação ininterrupta na América Latina fechou as portas, levando consigo o testemunho de um veículo que noticiou o Brasil desde o Império, passando pelos primeiros anos da República e por todo o século XX. Com a extinção do Jornal do Commercio, a sociedade carioca e brasileira perde um espaço não só de informação, mas principalmente de discussão, para o qual contribuíram grandes nomes da política e da literatura nacional.

O dia 29 de abril de 2016 vai ficar marcado como aquele em que teve fim uma trajetória que começava em 1827, com a compra do Jornal do Commercio, naquela época chamado “Diário Mercantil”, pelo tipógrafo francês Pierre Plancher. Em 1959, foi

vendido pela última vez e passou a integrar os Diários Associados de Assis Chateaubriand, grupo para o qual pertenceu até o fim. Em sua história, presenciou cada um dos avanços políticos e sociais brasileiros, como a luta pelo abolicionismo, que ganhou suas páginas a partir de 1860 e o destacou como o “único dos jornais brasileiros que desde o seu distante nascimento jamais compactuaria com o tráfico negreiro e com o trabalho cativo” (Carlos Eduardo Leal e Cícero Sandroni, em Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930).

Da república até o intrincado momento político-econômico que se apresenta hoje, o Jornal do Commercio recebeu em suas páginas figuras históricas como D. Pedro II, Rui Barbosa, José de Alencar, Homem de Mello, Joaquim Nabuco, José Maria da Silva Paranhos e Austregésilo de Athayde, para citar somente alguns e deixando de fora outros tantos nomes importantes da história recente. Essas personalidades levaram ao periódico a profundidade da qual os debates públicos necessitam, e os meios de comunicação, hoje em dia, têm urgência em recuperar.

Infelizmente, o JC, apesar das boas práticas de gestão, sucumbiu a problemas que atingem os jornais impressos de uma forma geral e que levaram outros veículos, como o Jornal do Brasil, também de grande história na imprensa brasileira, a encerrar, em setembro de 2010, a edição impressa e permanecer apenas como site. Os altos custos do papel, que é importado e sofre com a variação cambial, e a redução de anunciantes coloca em dúvida a sustentabilidade de muitos veículos. Soma-se a isso a dificuldade crescente e comum a todos os veículos impressos, que, desde o início da internet comercial, sofrem para vender a informação que hoje é distribuída gratuitamente na rede.



Mas é justo culpar a internet pelo fechamento de jornais? Hoje ainda é comum o argumento, que pode ser comparado às aflições de Machado de Assis, que já em 1859 se preocupava com a concorrência entre os meios de comunicação. Em “O jornal e o livro”, publicado originalmente no Correio Mercantil e ironicamente reproduzido em formato de livro pela coleção Grandes Ideias, da Editora Penguin & Companhia das Letras, o escritor elabora a questão, concluindo que novos formatos são sintomas da regeneração constante da humanidade e expressão do espírito de um povo.

Hoje, um entendimento mais plural dessa concorrência entre meios e veículos de comunicação ganha espaço: a segmentação, aliada ao bom aproveitamento de oportunidades, pode ser a resposta. O rádio é um exemplo: ameaçado publicamente de extinção frente à popularização da televisão, o radiojornalismo encontra hoje no público matutino, formado principalmente por trabalhadores de grandes cidades presos no trânsito, o grande foco dos seus serviços.

A segmentação de público também tem se mostrado uma saída: o jornal Valor Econômico, fundado em 2000 através de uma parceria entre as Organizações

Globo e o Grupo Folha, foi na contramão da onda de projetos exclusivamente voltados para a internet e se tornou o maior veículo impresso de informação econômica, política, financeira e de negócios do país.

Contraditoriamente, essas tendências parecem distantes do atual cenário de discussão da doutrina jurídica no Brasil, já que o fechamento do Jornal do Commercio também significou o fim da Coluna Direito & Justiça, presente no periódico até seu fechamento. A coluna era considerada por juizes, desembargadores, defensores e advogados em geral, um importante espaço de informação especializada, onde atualizações e assuntos jurídicos em voga eram analisados e divulgados, gerando também a importante aproximação do público leigo.

Essa grande perda para o debate jurídico, ainda em que curto prazo traga o enfraquecimento da cultura de troca dentro da área, não retira as esperanças de que esse momento seja apenas de readaptação de formatos, não significando necessariamente o fim da valorização da discussão profunda e especializada. Pois, como Machado de Assis bem definiu: “o jornal é uma expressão, é um sintoma de democracia; e a democracia é o povo, é a humanidade”.